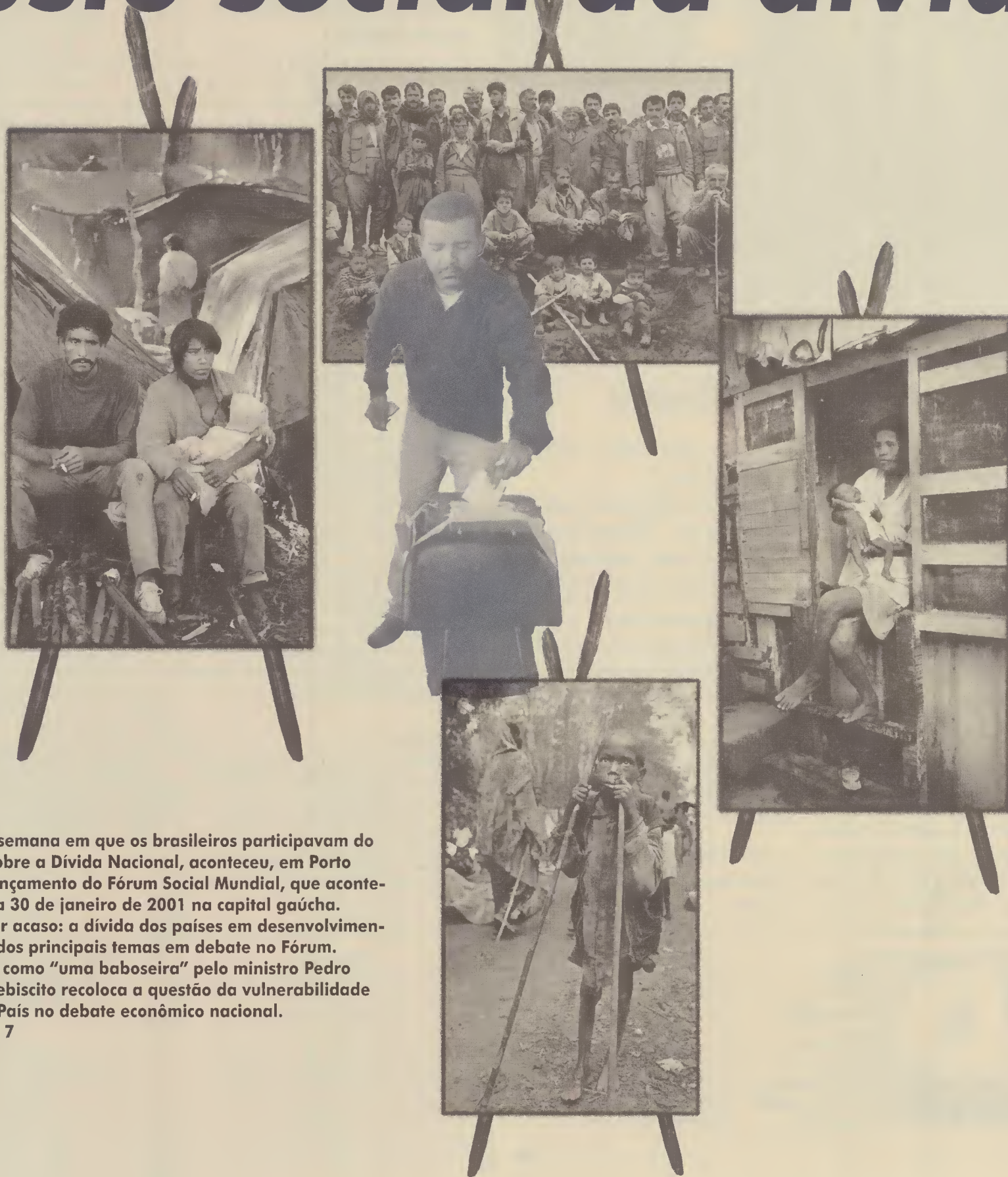


Um país em "processo de suicídio", vítima das ações de uma organização genocida internacional que, armada de "papel pintado", mantém como refém a nação mais rica em recursos naturais do planeta, governada por mandaletes da delinquência transnacional. Não é ficção, apenas o retrato que o professor Bautista Vidal faz do país que tem tudo para ser o mais rico do mundo e que mingua pagando juros ao exterior e submetendo-se às regras de um falso capital. Bautista esteve palestrando na Ufrgs, no Seminário Ciência e Tecnologia, para que e para quem? Entre outros, esteve também o engenheiro da Petrobras Argemiro Pêrtence. Em entrevista ao Adverso, ele conta uma outra incrível história: a de uma empresa pública de tecnologia de ponta, capaz de fazer o país independente em petróleo, que em breve será uma empresa só no papel.

Páginas 5 e 12

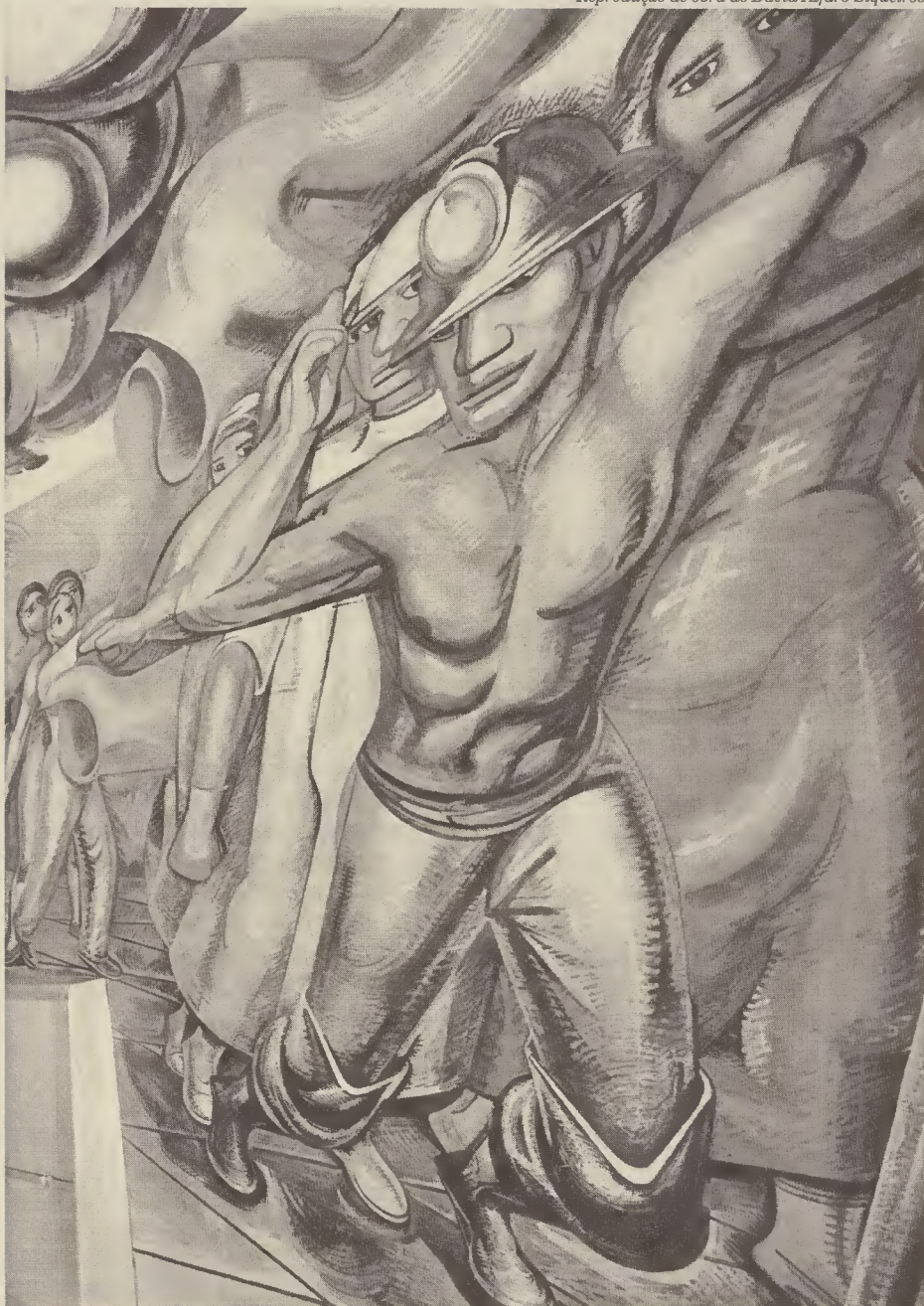
Plebiscito denuncia custo social da dívida



Na mesma semana em que os brasileiros participavam do Plebiscito sobre a Dívida Nacional, aconteceu, em Porto Alegre, o lançamento do Fórum Social Mundial, que acontecerá de 25 a 30 de janeiro de 2001 na capital gaúcha. E não foi por acaso: a dívida dos países em desenvolvimento será um dos principais temas em debate no Fórum. Qualificado como "uma baboseira" pelo ministro Pedro Malan, o Plebiscito recoloca a questão da vulnerabilidade externa do País no debate econômico nacional.

Páginas 6 e 7

Reprodução de obra de David Alfaro Siqueiros



Mais de dois milhões votaram no Plebiscito da Dívida

No Plebiscito da Dívida Externa votaram cerca de 500 mil pessoas no RS (os resultados ainda não estavam totalizados no fechamento desta edição). Aqui na Ufrgs foram perto de quatro mil votantes. No RS, havia em torno de cinco mil urnas, e 50 mil no Brasil.

Devem ter trabalhado nesta empreitada milhares de pessoas, voluntariamente, sem remuneração. Uma mobilização imensa que permitiu senão a tomada de consciência de uma parcela significativa da população, pelo menos esta soube da existência de uma questão que tem incidência pro-

funda na sua vida e nas suas dificuldades.

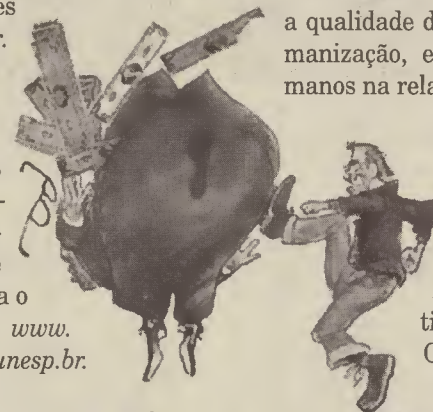
Muitos souberam pela primeira vez que a Constituição determinava uma auditoria sobre a dívida, que não foi realizada.

O Congresso, agora, não pode ignorar esta questão, assim como fica na obrigação moral de determinar a organização de um plebiscito oficial. Este instituto democrático embora previsto na Constituição só foi usado uma vez, na questão do sistema de governo.

Por que na questão da dívida a população não tem o direito de decidir?

Humor contra a corrupção

Desenhistas, jornalistas, intelectuais e entidades como a OAB e o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo lançaram, no dia 1º de setembro, o movimento Humor pela Cidadania. A intenção do grupo é chamar a atenção dos eleitores para as diversas facetas adotadas pelos políticos corruptos em busca de votos. "Bota fora! Corrupto" é o título da campanha, que está sendo divulgada na Internet através de charges e textos de humor. Já estão à disposição do público ilustrações e os Dez Mandamentos do Político Corrupto. A Universidade do Estado de São Paulo hospeda o sítio no endereço: www.humorcidadania.unesp.br.



Mais do que na Ditadura Militar

O número de integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) assassinados já supera o de vítimas da Ditadura Militar. A informação foi divulgada no jornal espanhol El País (8/9). "Suas vítimas se multiplicam. Até agosto, 22 dirigentes haviam sido assassinados este ano, contra 26 em 1999. Segundo a Comissão Pastoral da Terra do Episcopado do Brasil, somente nos anos 90 os líderes dos Sem Terra assassinados (370) superam as vítimas da ditadura militar, que foram 281", afirma a matéria. Incluindo os dois últimos assassinatos esta semana no Mato Grosso, desde 1985 morreram 1.180 integrantes do MST. Entrevistado pelo jornal, o líder nacional dos sem-terra, João Pedro Stédile, disse que só este ano foram detidos 180 dirigentes do movimento. "Houve uma multiplicação impressionante de processos no Judiciário, com a finalidade de intimidar os camponeses", afirma Stédile. A matéria encerra da seguinte maneira: "Os dirigentes do MST acusam o governo Fernando Henrique Cardoso de utilizar a máquina do Estado, sobretudo os poderes Judiciário e a polícia, para amedrontar e enfraquecer o movimento com constantes detenções de seus militantes e a impunidade dos fazendeiros diante dos assassinatos dos militantes sem-terra."

Saúde

De 16 a 19 de dezembro, será realizada a 11ª Conferência Nacional de Saúde, na Universidade de Brasília. O tema central do encontro é "Efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção à

saúde com controle social". Ao aprovar o tema, o conselho pretende contribuir para o avanço do Sistema Único de Saúde (SUS). A prioridade é para o princípio organizacional do controle social para a obtenção de três metas fundamentais que têm aparecido como demandas da população. São elas: o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde, a qualidade desses serviços e sua humanização, estabelecendo vínculos humanos na relação com os usuários.

As pegadoras de menino do Amapá

A última edição do informativo Súmula, da Fundação Oswaldo Cruz, traz dados importantes sobre o trabalho das parteiras no Estado do Amapá. As "pegadoras de menino", como são conhecidas na região, são responsáveis pelo parto de 90% da população daquele Estado. Elas são 752, para uma população de menos de meio milhão de habitantes. O interessante é que o Amapá é o campeão nacional em número de partos normais e o detentor do segundo menor índice brasileiro de mortalidade infantil. A relação é clara, e conta com apoio do governo do Estado, que fez do nascimento tradicional uma política pública. Diz o informativo: "Elas recebem capacitação, material, e integram programas de renda mínima". Veja no quadro abaixo o número de partos naturais e por cesariana no Brasil.

Números do Brasil

- 2,6 milhões de partos por ano
- 624 mil são cirúrgicos
- 450 mil são realizados por parteiras
- 60 mil parteiras atuam no Brasil
- 6 mil, apenas, têm orientação
- A cada 10 mil partos normais morrem duas mulheres
- A cada 10 mil cesarianas morrem sete mulheres
- De 5% a 10% dos partos requerem cirurgia

O SUS paga

R\$ 194,79 por parto normal
R\$ 293,84 por cesariana
R\$ 54,80 por parto domiciliar

Fonte: Informativo Súmula

Capa: arte de Itamar Lima sobre fotos do livro "Êxodos", de Sebastião Salgado, e de Gil Cafrune Gosch.

Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt;
1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann;
2º Vice: Elisabete Búrgio;
1º Secretária: Regina Witt;
2º Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Mário Brauner;
1º Suplente: Rubens Weyne;
2º Suplente: Jaqueline Moll

ARQUITETURA

Biblioteca vai mudar de cara

Os estudantes da Arquitetura da Ufrgs estão sendo desafiados a desenhar projetos para remodelação do espaço físico da biblioteca da Faculdade. "Cuidar desse espaço nobre, que é nosso, é um gesto de cidadania", diz a professora Tânia Pereira, uma das coordenadoras do Concurso de Idéias Biblioteca 2000, idealizado por ela e mais três colegas.

Hoje, as carências são evidentes. Falta espaço para acomodar os livros, teses e mapas do acervo de 25 mil volumes – segundo maior do País especializado em Arquitetura. Além disso, muito material foi danificado nos últimos anos por causa de infiltrações e goteiras. Não existe espaço apropriado para a conservação das obras históricas da Faculdade e, tampouco, um ambiente adequado para consulta a materiais multimídia, como CDs, vídeos e slides.

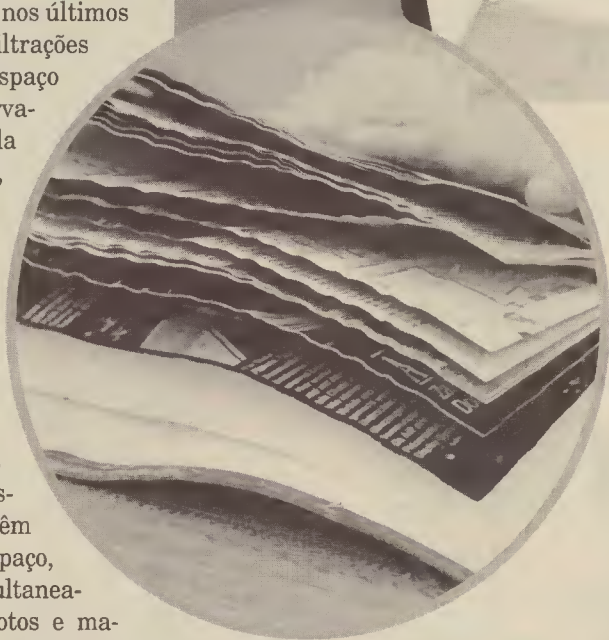
Os alunos também reivindicam salas de estudo reservadas – os tradicionais "aquários". "Arquitetos fazem mais barulho do que outros estudantes. E também têm necessidade de mais espaço, porque utilizam, simultaneamente, diversos livros, fotos e mapas", explica Iara de Macedo, bibliotecária na Faculdade.

Tânia acredita que é possível realizar um plano realista, que solucione 70% das carências diagnosticadas. "O espaço é grande, mas mal aproveitado. É um desafio para o estudante qualificá-lo", adverte. Os problemas não param por aí e as propostas deverão apresentar alternativas de mobiliário e identidade visual empregada na sinalização. A professora lembra que a Ufrgs tem um padrão para identificação dos prédios e salas de aula, mas não definiu uma norma para as



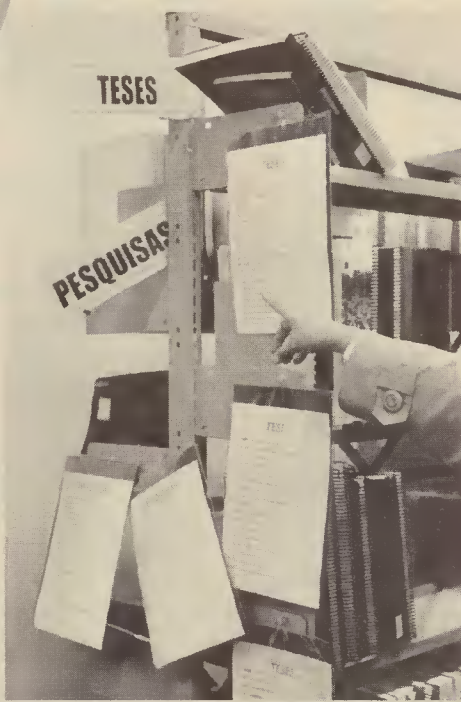
Fotos Gil Cafrane Gosh

Carências: Falta de espaços reservados para estudo (acima), obras danificadas por goteiras e infiltrações (ao lado) e sinalização ineficiente (abaixo) são alguns dos problemas que levaram professoras da Arquitetura a organizar o Concurso Biblioteca 2000



bibliotecas. "Temos também a oportunidade de oferecer uma alternativa para a Universidade", comenta.

Segundo a organização, 23 grupos, com 72 estudantes, inscreveram projetos no concurso. Cada equipe tem a orientação de um professor da Faculdade. O resultado final será divulgado no dia 30 de novembro. A comissão organizadora do Concurso é integrada pelas professoras Tânia Pereira, Silvana Stumpfs e Eliane Constantinou e pela bibliotecária Iara de Macedo.



UFRGS

Wrana é confirmada na reitoria



A professora Wrana Maria Panizzi foi confirmada no cargo de reitora da UFRGS pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e administrará a Universidade por mais quatro anos. Seu nome havia sido aprovado pela comunidade universitária numa consulta realizada dia 26 de junho último. Wrana era candidata única e obteve 87% de apoio dos docentes, servidores e estudantes que participaram da votação. O Conselho Universitário (Consun) – por determinação estatutária – teve de elaborar uma lista com outros dois nomes para ser apreciada pelo Ministério da Educação. A atual gestão, também conhecida por Universidade Viva, teve início em 1996 e se encerra no próximo dia 17.

Retratos do êxodo



Reprodução do livro "Êxodos"

O fotógrafo Sebastião Salgado esteve em Porto Alegre no início de setembro para o lançamento da exposição Êxodos. Resultado de suas andanças por mais de 45 países, a mostra é composta de 360 fotografias e um audiovisual sobre o movimento de populações ao redor do mundo. Salgado retrata a busca pela sobrevivência de povos que foram forçados a abandonar suas comunidades em função de guerras, problemas econômicos e sociais e catástrofes naturais. "É uma radiografia do planeta", define.

"Não temos que sentir pena por essas pessoas. Temos que ver a dignidade com que elas lutam pela sua sobrevivência", disse Salgado durante palestra realizada no auditório Araújo Vianna, dia 3 de setembro. Ele salientou a necessidade de as pessoas verem as fotos com um olhar crítico sobre os problemas sociais. E enfatizou que é preciso incentivar as crian-

ças a visitar e compreender o tema. Para tanto, a equipe de Salgado elaborou um conjunto de fotos, livros e mapas educativos para preparar os professores a guiar seus alunos na mostra.

Sebastião Salgado participou também do lançamento oficial do Fórum Social Mundial, no dia 5 de setembro, na Casa de Cultura Mário Quintana. "Minhas fotos são estéreis se não servirem como mote para discussão, e o Fórum é um espaço para isso", destacou.

"Êxodos" ficará em exposição até o dia 8 de outubro no Centro Cultural Usina do Gasômetro. Uma mostra paralela com o "making of" do trabalho do jornalista fica na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Ufrgs até o final do mês. Informações sobre Sebastião Salgado podem ser pesquisadas no sítio: www.sebastiaosalgado.com.br.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Socialismo deve radicalizar a democracia

"O socialismo não é uma construção hipotética para um futuro longínquo, mas uma diretriz de ação política enraizada radicalmente no presente. É preciso trabalhar com as pessoas tal como elas são no presente e construir práticas e instituições que apontem para um outro modelo de sociedade". O diagnóstico é do economista Paul Singer, que esteve em Porto Alegre no final de setembro, participando de um debate na Faculdade de Economia da Ufrgs sobre o seu novo livro "Economia Socialista".

Nascido em Viena, Áustria, o economista Paul Singer vive no Brasil desde os oito anos de idade, onde construiu uma longa trajetória de envolvimento com os problemas sociais. Em 1969, participou da fundação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), foi secretário de Planejamento da cidade de São Paulo e, atualmente, é professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. No ano passado, recebeu o prêmio Jabuti com o livro "Globalização e Desemprego".

"Economia Socialista" é fruto de um debate iniciado no Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores de 1999, em Belo Horizonte, sobre o modelo de socialismo que deve ser defendido pela esquerda, após a desintegração da União Soviética e a crise generalizada das experiências socialistas no mundo. Para responder à pergunta se vale a pena continuar lutando pelo socialismo, o PT criou um grupo de trabalho coordenado pelo professor Antônio Candido. O livro de Singer é uma das tentativas de resposta.

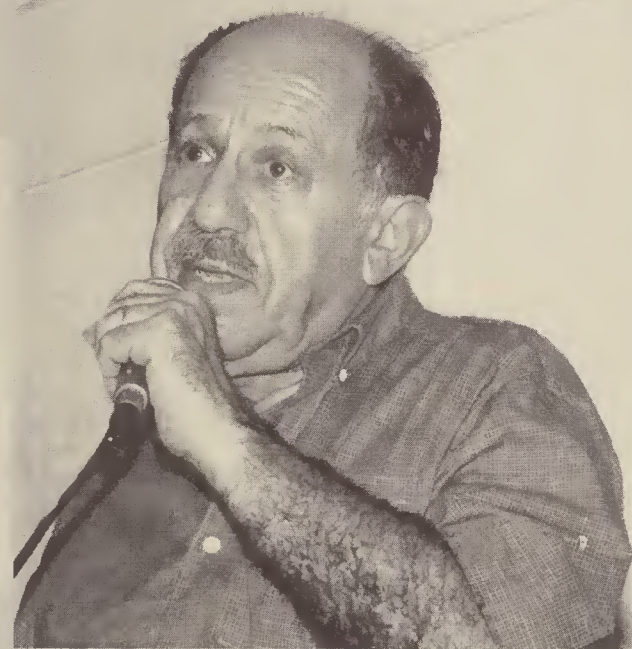
Socialismo e mercado

Na avaliação do economista, o reconhecimento do fracasso de um certo tipo de experiência histórica não implica o abandono dos valores que estão na base do ideal socialista: igualdade, liberdade, solidariedade, entre outros. O que a esquerda tem a obrigação de fazer hoje, defende, é revisar alguns princípios que até bem pouco tempo tinham estatuto de dogma, especialmente a crença inabalável na eficácia da economia planificada. "A experiência do planejamento central não é uma idéia sustentável hoje em dia. As tentativas em implementá-la não deram certo e devemos admitir isso. A esquerda deve admitir que é preciso conservar o mercado, regulado e dirigido por entidades extra-mercado", afirmou.

Esta possibilidade de criação de mecanismos eficazes e socialmente justos para regular as relações econômicas depende, segundo Singer, da radicalização da experiência democrática, que é um dos maiores desafios para a esquerda hoje. Na opinião dele, as experiências

"A esquerda deve admitir que é preciso conservar o mercado, regulado e dirigido por entidades extra-mercado"

Paul Singer, economista



Marco Ankoski/Folha Imagem

de democracia direta, que vêm sendo implementadas nas administrações petistas, indicam o caminho a ser seguido. "A esquerda socialista, marxista ou como se queira chamar, deve e já está fazendo uma autocrítica profunda. A grande conclusão a que alguns chegam, e eu sou uma dessas pessoas, é que permanece a reivindicação por uma sociedade livre, democrática e igualitária. Uma sociedade com maior descentralização nas decisões econômicas e políticas".

Economia solidária

No plano econômico, Singer aposta naquilo que ele e um grupo de pessoas chamam de Economia Solidária. São formas socializantes de organizar democraticamente, e de maneira solidária, a produção. "Isso pode ser feito, por exemplo, por meio de cooperativas e associações. Uma demonstração disso é a proliferação de cooperativas operárias, tanto na América Latina quanto na Europa". Para ele, a construção deste tipo de economia passa, também, pela experiência de incubadoras de cooperativas que estão sendo realizadas em dez universidades brasileiras. Outras 20 já estão em processo de formação, sendo que algumas têm cerca de 50 empresas com 15 mil trabalhadores autogerindo essas experiências. Além disso, existem diversas iniciativas de

produção cooperativada dentro dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e inúmeros outros exemplos dos quais se poderia falar horas, se houvesse tempo". Singer reconhece que essas experiências não representam uma solução para quem precisa comer amanhã. "Para isso, é preciso reverter a macroeconomia brasileira, rompendo com a subordinação ao capital financeiro globalizado e retomando o planejamento para um crescimento vigoroso, com vistas a deter o desemprego em massa".

Singer faz questão de enfatizar que o reconhecimento da necessidade de manutenção do mercado não implica, obrigatoriamente, uma saída capitalista para as eternas crises do Brasil. "As saídas capitalistas são aquelas compatíveis com os conceitos de propriedade privada e tudo o mais. É, de certa forma, o que vinha sendo feito até os anos 80. Por outro lado, poderíamos ter um governo mais comprometido com os trabalhadores, tendendo a ultrapassar os limites do capitalismo, mas não necessariamente rompendo-os. Este comprometimento passaria, fundamentalmente, por uma radicalização da democracia na gestão pública e nas práticas sociais. Ele acredita que é por esse caminho que a esquerda deve procurar resposta à pergunta sobre as possibilidades do socialismo.

INTERNET

Notícias diárias, relatórios da categoria e a versão eletrônica do jornal Adverso estão em www.adufrgs.org.br

Está no ar, com novo desenho e em caráter experimental, o sítio da Adufrgs na Internet. Além de acessar notícias atualizadas diariamente (de segunda a sexta-feira) e a versão eletrônica do jornal Adverso, os docentes podem obter informações sobre questões jurídicas e relatórios de interesse da categoria. Confira e mande sugestões pelo correio eletrônico adufrgs@portoweb.com.br. Já na abertura da página, o internauta pode participar de uma consulta sobre as prioridades de atuação do sindicato. Acesse e mande sugestões.



DCE/UFRGS

Seminário debate ciência e soberania

Nas mãos de quem está a tecnologia? Qual a importância de dominá-la e como fazer com que ela reverta o atual quadro de exclusão a que a imensa maioria dos brasileiros está submetida? É possível desenvolver o País sem agredir sua exuberante natureza? Questões como estas foram discutidas durante todo o dia 31 de agosto, na Ufrgs, no seminário "Ciência e tecnologia, para que e para quem?", realizado pelo Diretório Central de Estudantes (DCE) e Centro de Estudantes Universitários de Engenharia (Ceue).

À noite, uma mesa redonda reuniu o professor Bautista Vidal, o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Adão Villaverde, o engenheiro da Petrobras Argemiro Pertence, o ex-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Luiz Carlos Pinheiro Machado, e o ecologista José Lutzenberger. Pela tarde, os convidados falaram, no Salão Nobre da Faculdade de Di-

reito, de "Tecnologia e sustentabilidade para quem, e o problema agrônomo" (Pinheiro Machado), "Petrobras e a Defesa da Economia Gaúcha" (Argemiro Pertence, diretor de comunicação da Associação dos Engenheiros da Petrobras - Aepet) e "Crítica, Política e Ecologia da Tecnologia" (José Lutzenberger).

O evento iniciou de manhã, no auditório da Faculdade de Economia, com palestra de Villaverde sobre "Política de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul". Depois, Bautista Vidal discorreu, com ironia e acidez, sobre o tema "Estado Servil e Nação Soberana", em que tratou da história do Brasil recente, principalmente do regime militar, época em que foi secretário de Ciência e Tecnologia. Fez duras críticas e apontou soluções para estancar o que considera o "processo genocida que se instalou no País". A seguir, trechos da palestra de Bautista Vidal.



Seminário: Villaverde e Bautista Vidal na Ufrgs

Jeferson Assunção

"O nosso assassinato é planejado lá fora, mas os executores são nativos"

Economistas "O dólar é uma moeda falsa, emitida por uma gangue de delinquentes, por uma máfia internacional. E o pior é que temos um exército de profissionais defendendo essas forças que estão nos levando à morte... Qual é o lugar adequado para se travar um grande debate sobre esta questão? É a entidade máxima do saber, que são as universidades. Mas as universidades estão fazendo isso? Não. Pelo contrário, estão treinando mais energúmenos para nos destruir. Quem está destruindo o Brasil não é o povo analfabeto, despreparado. Esse sabe tudo. Quem está destruindo o Brasil é o PHd, com doutorado, porque para destruir um país como o Brasil é preciso muita competência."

Alimentos "Nós temos um reator nuclear enorme acima de nós (o Sol). Nós temos 22% da água do planeta. Nós exploramos para agricultura apenas 13% do nosso território e produzimos alimento para alimentar 600, 700, 800 milhões de pessoas. Nós somos 160 milhões apenas, e metade está abaixo da linha da miséria! Nós estamos matando, há muitos anos, 1,6 mil crianças por dia, de fome!"

Energias alternativas "Toda vida vegetal e animal vem do hidrato de carbono. E quem é a nação superpoderosa em hidratos de carbono do planeta Terra? É o "continente" brasileiro. Disparadamente, incomparavelmente, rico. Me diga aí alguma coisa que é fundamental ao homem e que não está nesses dois ramos: os minerais e os produtos da fotossíntese... Não existe. Agora, me diga: quem é a grande potência do planeta em reserva de minério? Quem tem muito sol? Quem tem água em abundância para fazer a fotossíntese, captar e armazenar a luz solar em açúcares, amidos, hidratos, óleos vegetais e celulose, e abastecer o mundo de energia permanentemente limpa? O Brasil. Como é que

uma nação que tem os elementos fundamentais de todos os bens e serviços que o homem necessita para sua vida está morrendo de miséria?"

Vale do Rio Doce "O último capítulo do meu livro Brasil, Civilização Suicida trata do caso da Vale. A companhia tem 7,7 mil concessões de jazidas e foi entregue a um grupo suspeito, do sr. Jorge Soros, por um preço inferior a seis meses de lucro da empresa. Entregamos de graça. E ninguém disse nada. O Congresso não disse nada. A Justiça não disse nada. As forças armadas não disseram nada, ou seja, nós somos um povo em processo de suicídio..."

Mineradoras na Amazônia "A Vale, hoje, pertence a mineradoras da África do Sul, aquelas que mantêm exércitos mercenários em Angola, e que durante décadas fizeram com os negros da África do Sul aquela estupidez. Eles enterravam trabalhadores negros vivos, sob suspeita de que roubavam diamantes. Essa gente, que controla o sistema financeiro da Inglaterra, está vindo para ser dona da Amazônia, dona da parte rica do território brasileiro. E aceitamos! Que raça somos nós?"

Recursos naturais "Na hora em que se vai falar de recursos, não se fala em terra, água, energia, inteligência do homem, recursos concretos que viabilizam as coisas, mas sim em um ente abstrato, falso, manipulado por uma oligarquia delinquente internacional. Suponha que um determinado grupo de indivíduos decida cavar uns buracos na bacia do Araguaia em Tocantins, colocar umas sementes e usar a água daqueles rios fantásticos, multiplicar aquelas sementes e produzir riqueza, riqueza fundamental, que alimenta. Para isso, ele tem que ir à fonte do recurso abstrato, que vem do exterior, que representa um compromisso brutal de amarração em que o dono dos recursos falsos passa a ser o controla-

dor da nossa vida concreta. Então, qual é a possibilidade de um governo de Estado fazer alguma coisa se ele não pode trabalhar com recursos que existem em seu próprio Estado? Ele tem que trabalhar através de um recurso abstrato que é emitido por uma máfia internacional e, no momento em que você faz empréstimo para poder ter estes recursos falsos disponíveis, você se condiciona numa armadilha."

Preço do petróleo "Os Estados Unidos estão prevendo graves dificuldades já neste próximo inverno. Eles só têm petróleo para mais cinco anos, pois as reservas estão caindo com o enorme aumento do consumo. Não é por acaso que num prazo de um ano o petróleo saiu de US\$ 10,00 para US\$ 32,00 e já estão falando em US\$ 40,00 nas próximas semanas. E se chegar a US\$ 120,00 eu não ficarei surpreso. Nem triste."

Xeque-mate "A energia elétrica dos Estados Unidos depende em 82% de combustíveis fósseis: é um país em xeque-mate. É neste momento que surge esta perspectiva de o Brasil desempenhar um papel, que nenhum outro pode, de suprir de energia o mundo inteiro. Mas o Brasil está morrendo. Há uma oportunidade que nenhuma outra nação do mundo teve em toda a história da humanidade e nós estamos precipitadamente sendo assassinados. O assassinato é planejado e ordenado de fora do País, mas os executores são nativos."

Amazônia "A questão da Amazônia é explosiva para os militares. E eles estão se preparando para a guerra, inclusive deslocando para lá as tropas de elite de Santa Maria... Graças ao sofrimento decorrente dos erros que eles cometeram no passado, há uma revisão profunda, uma necessidade de eles retomarem a posição histórica que sempre tiveram."



DÍVIDA EXTERNA

A armadilha do baixo crescimento

Em Porto Alegre, a semana do plebiscito coincidiu com o lançamento no Estado do Fórum Social Mundial, que ocorrerá na capital gaúcha, de 25 a 30 de janeiro de 2001. A questão da dívida externa dos países em desenvolvimento e das políticas econômicas ditadas pelo FMI e por outros organismos internacionais será um dos principais temas em debate no Fórum. Experiências como a da Malásia poderão ser conhecidas mais de perto por todos aqueles que não acreditam na eficácia (econômica e social) da atual política econômica brasileira, que combina o ingresso de capitais externos – por conta das altas taxas de juros – com o crescimento do endividamento interno. Os organizadores do Fórum Social Mundial são críticos severos do receituário monetarista do FMI e querem mostrar em Porto Alegre que outros caminhos são possíveis.

O plebiscito da dívida foi uma iniciativa inteiramente afinada com o espírito do Fórum Social Mundial. A ideia do plebiscito nasceu há dois anos, durante um tribunal preparado pelas pastorais sociais da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para julgar a legitimidade da dívida externa. Desprezada no Congresso Nacional, a proposta ganhou força este ano com a campanha do Jubileu 2000 da Igreja Católica – que prega um milênio sem dívidas – e acabou surpreendendo o governo que partiu para o ataque.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, qualificou o plebiscito de "uma baboseira". Em artigo publicado no jornal "O Estado de São Paulo", Malan apresentou uma série de números, mostrando que 60,2% dos US\$ 231,1 bilhões devidos pertencem ao setor privado e sustentando que a proporção

do endividamento – 41% do Produto Interno Bruto (PIB) – não ameaça a continuidade do desenvolvimento de um país como o Brasil. Uma eventual suspensão dos pagamentos, segundo ele, poderia causar sérios danos à economia. "Se for considerado inadimplente, o Brasil perderá crédito no exterior, pagará mais caro por qualquer empréstimo e haverá fuga de capitais para outros lugares", afirmou.

Malan não quis entrar em choque direto com a CNBB, uma das organizadoras do plebiscito, preferindo abrir fogo contra o Partido dos Trabalhadores (PT), que estaria, segundo ele, "desvirtuando uma boa ideia da Igreja". O líder do PT na Câmara dos Deputados, Aloizio Mercadante, respondeu dizendo que não está sendo proposto o calote como sugere Malan, mas a instalação de uma auditoria e a adoção de uma política de transparência em relação ao problema da dívida, recolocando a questão da vulnerabilidade externa do País no debate econômico nacional. Para Mercadante, "conhecer a natureza do endividamento externo permitiria ao país compreender o custo deste período de populismo promovido pela âncora cambial do governo FHC". Além disso, ajudaria na compreensão de que a dívida externa, hoje, é predominantemente privada, não possuindo a mesma natureza daquela que existia na década de 80, e merecendo, portanto, um outro tratamento.

O crescimento da dívida

O presidente da Adufrgs, economista Carlos Schmidt, também discorda de Malan. "É abusivamente simplificador afirmar que o plebiscito trata apenas da suspensão do

pagamento da dívida. Ele coloca em discussão o modelo de política econômica que vem sendo implantado no país a partir do Plano Real. Aponta na direção de um modelo que condiciona o pagamento dos credores internacionais às necessidades básicas da população brasileira e institui um controle público sério e transparente sobre a entrada e saída de recursos", afirmou.

Schmidt contesta os argumentos de Malan contra a realização do plebiscito, especialmente a informação de que o setor privado é responsável por 60,2% do total da dívida, a maior parte com vencimento no médio e longo prazos. Esse dado, na opinião do presidente da Adufrgs não diminuem em nada a gravidade da situação. "Quando o setor privado fez esta dívida, aproveitou-se do fato de a taxa de juros internacional ser mais baixa do que a realizada internamente. Ou seja, era mais fácil tomar dinheiro emprestado no exterior do que aqui. O problema é que estes recursos entram no país via Banco Central, que fica com os dólares e converte-os em reais, emitindo títulos da dívida pública, sobre os quais o Estado paga até 20% de juros. Esta operação acaba engordando a dívida interna que é paga, em última instância, pelo contribuinte", observa Schmidt.

Assim, na avaliação do economista, apesar da dívida ser, majoritariamente, de origem privada, não implica dizer que não afeta a sociedade como um todo. "O setor privado deve pagar suas dívidas e o governo deve continuar cobrando a dívida do setor privado e, com esse dinheiro, resgatar os títulos que emitiu quando os empréstimos foram contratados no exterior. Essa seria uma forma de reduzir os encargos da dívida interna, que afetam a economia como um todo".

De fato, a explosão de gastos no exterior se deve à política de sobrevalorização do real adotada pelo governo para controlar a inflação. A cotação do dólar se manteve baixa durante quatro anos e meio (chegou perto de R\$ 0,80, menos da metade do valor atual), como forma de incentivar as importações e criar concorrência para conter os preços internos. O déficit nas contas externas foi coberto por capitais estrangeiros – tanto pela captação de empréstimos como pela atração de investimentos estrangeiros. Com a baixa cotação do dólar, as empresas tiveram fortes incentivos para captar dólares com juros menores no exterior e para investi-los dentro do país, onde as taxas eram mais altas. Com isso, a dívida externa privada, que somava US\$ 55,04 bilhões em dezembro de 1993, atingiu US\$ 128,13 em maio passado. No mesmo período, a dívida externa pública subiu de forma suave, passando de US\$ 90,61 bilhões para US\$ 92,17 bilhões.

Após a crise cambial da Ásia, um dos países que melhor se recuperou do vendaval financeiro foi a Malásia, que rejeitou as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), centralizou o câmbio, impediu a fuga desorganizada de capitais e voltou organizadamente ao mercado financeiro internacional, ostentando uma invejável taxa de crescimento de 10% nos últimos doze meses. Apostando na viabilidade de políticas econômicas alternativas àquelas ditadas pelo receituário ortodoxo do FMI, os organizadores do plebiscito sobre a dívida externa resgataram uma discussão que andava meio esquecida no Brasil. Muito mais do que propor o "calote da dívida" (como o governo federal tentou caracterizar a iniciativa), o plebiscito questionou o discurso oficial que vê no atual modelo de política econômica o único modo de tirar o país da situação de crise social em que se encontra. De um lado, o governo aposta no sucesso de sua política de estímulo ao ingresso de capitais externos para financiar o desenvolvimento do país; de outro, os organizadores do plebiscito denunciam o custo social desta política e seus efeitos perversos para a maioria da população.

Marco Aurélio Weissheimer

Fotografia do livro "Êxodos", de Sebastião Salgado, que expõe sua obra na Usina do Gasômetro, em Porto Alegre, até 8 de outubro.

O custo social da dívida

O segundo argumento de Malan contestado por Schmidt diz respeito à relação entre a dívida e o PIB brasileiro (a dívida seria 41% do PIB, segundo Malan). Para o economista, o raciocínio do ministro só faz sentido no contexto do atual modelo de política econômica. "Para atrair capital externo, o governo FHC optou por uma política de juros altos, baixo crescimento e retenção do consumo. Além de suas graves implicações sociais, esta política expõe o país a qualquer crise que ocorra em alguma parte do mundo. Já vimos este filme diversas vezes nos últimos anos. O atual modelo tem fracassado também em garantir o crescimento da economia nacional. A década de 80 foi chamada de "década perdida" pela estagnação a que foi submetido o parque produtivo brasileiro. O dramático é que, na década de 90, a situação ficou ainda pior e tivemos um crescimento zero da renda per capita dos brasileiros. Se hoje temos um pequeno crescimento, nada garante que uma nova crise no sistema financeiro internacional não venha a desestabilizar este cenário. Além disso, este pequeno crescimento verificado hoje não tem repercussões no campo do emprego. As taxas de desemprego permaneceram praticamente inalteradas nos últimos meses", lembra Schmidt. E destaca que aqui aparece outra importante contribuição do plebiscito para este debate: o problema da dívida condiciona toda a política econômica do país, nos colocando atualmente na armadilha do baixo crescimento.

O que o ministro da Fazenda não diz, pondera Schmidt, é que apesar do governo federal seguir à risca a cartilha do FMI, a dívida externa brasileira continua aumentando. A dívida cresceu 65,69% desde 1994, ano de implantação do Plano Real, mas o país ainda não está fazendo esforço algum para pagar encargos desse débito – que devem recair apenas sobre as futuras gerações. O país gastou US\$ 70,05 bilhões com pagamento de juros da dívida externa, entre 1994 e junho passado. Mas esse dinheiro não saiu do trabalho da população, e sim de novos empréstimos e investimentos estrangeiros. Nesse período, o país recorreu a empréstimos no exterior para cobrir despesas, como viagens internacionais de brasileiros e às importações.

A prática de usar recursos estrangeiros para cobrir compromissos internacionais é a principal responsável pelo aumento da dívida externa – que passou de US\$ 145,66 bilhões para US\$ 241,34 bilhões, entre dezembro de 1993 e maio passado. Os encargos do passivo externo acumulado nos últimos anos deverão ser pagos pelas futuras gerações,

a quem caberá gerar dólares para pagar juros e fazer as remessas de lucros. De 1994 a junho passado, os gastos do país em suas transações com o resto do mundo superaram as receitas em US\$ 144,3 bilhões. Nesse número estão incluídos tanto o déficit comercial (importações maiores que exportações) quanto os serviços (remessas de lucros, pagamento de juros, turismo internacional).

Os investimentos estrangeiros também ajudaram a cobrir o déficit do país. De 1994 a junho passado, os investimentos somaram US\$ 115,78 bilhões. Antes do Plano Real, o país não recorria a capital estrangeiro para cobrir seus compromissos externos. O dinheiro era levantado principalmente pelas exportações. Naquela época, o Brasil tinha pouco acesso aos capitais estrangeiros porque havia declarado a moratória em 1986 e ainda não havia terminado de renegociar sua dívida externa pelo chamado Plano Brady.

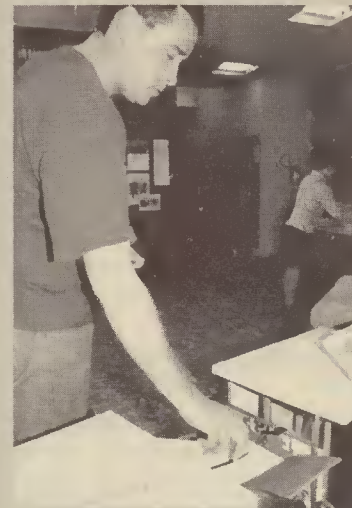
Articulação internacional

Diante deste quadro, conclui Carlos Schmidt, é absolutamente legítimo e necessário pensar em alternativas. "Uma renegociação do pagamento da dívida implica, entre outras coisas, limitar o fluxo de dólares para fora do país. Para manter o nível de endividamento na casa dos 41% do PIB, o país teve que seguir a política do FMI cada vez mais criticada em todo o mundo. É curioso que, hoje, alguns dos países que ostentam as mais vigorosas taxas de crescimento (como a Malásia e a China), rejeitaram a cartilha do FMI e adotaram políticas alternativas de desenvolvimento. Os acordos com o FMI têm sido lesivos ao país, comprometendo recursos públicos que deveriam ser destinados para saldar a imensa dívida social brasileira. Mais ainda: como a dívida não está sendo paga, ela só tem

Qual é a sua opinião sobre o Plebiscito da Dívida?

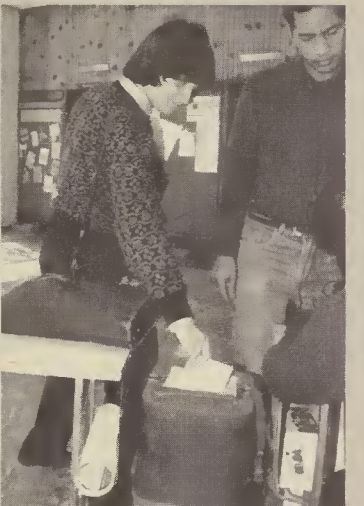
"As decisões em relação à dívida têm consequências diretas e indiretas nas nossas vidas, não são medidas neutras para nós. Acho que a maior parte das pessoas está contra o pagamento da dívida, porque continuamos pagando o que já está pago há muito tempo."

Tânia Marques, professora de Psicologia em Educação



"O plebiscito é uma forma de protesto para mudar o que está acontecendo."

Volmir Oliveira Villagram, funcionário da Faced



"A maior parte da população é contra o pagamento da dívida. Temos que levantar dados estatísticos sobre a opinião popular porque muito pouco foi pesquisado em relação a isso."

Flávia Levemfous, aluna de pós-graduação em educação



"Somos nós que pagamos a dívida externa. Seria mais democrático se pudéssemos participar das decisões de como usar esse dinheiro."

Marta Pires, aluna de pedagogia



Fórum Social Mundial: cerimônia de lançamento no Estado teve a presença de Nora Decortíñas, presidente da Associação das Mães da Praça de Maio, o fotógrafo Sebastião Salgado e o governador do RS Olívio Dutra



LE MONDE DIPLOMATIQUE

Vistas como um objeto não identificado na sociedade capitalista, financiadoras de ações militantes mas adaptadas ao sistema, as grandes empresas da economia social estão diante de um impasse. Ou se integram na construção de um projeto alternativo ou tendem a se diluir na economia de mercado

Economia social e economia solidária Álibi ou alternativa ao neoliberalismo?



Jean-Loup Motchane*

O que há em comum entre o Crédit Agricole, banco que gera cerca de um trilhão de francos, via 15,5 milhões de contas, e o Théâtre du Soleil, de Ariane Mnouch-

kine, com um elenco de 49 pessoas? Nada, a não ser pertencerem a um mesmo campo, o da "economia social".

A economia social tem raízes profundas, na Idade Média. As guildas, confrarias e corporações de ofício e *compagnonnages* (associações de solidariedade entre trabalhadores) constituem seus longínquos ancestrais. Originárias do século XIII, as associações de artesãos permaneceram, sob o Antigo Regime, a principal forma de organização dos operários profissionais franceses e sobrevivem até hoje. No entanto, os filósofos iluministas iriam considerar as corporações um entrave à liberdade individual e a Revolução Francesa rejeitaria qualquer legitimidade a corpos intermediários entre indivíduo e nação. Dessa forma, a lei Le Chapelier, de 1791, proíbe qualquer agrupamento voluntário de base profissional. Somente em 1884, por iniciativa de Waldeck Rousseau, será concedida a liberdade de se constituírem sindicatos profissionais. Em 1898, a lei que funda a mutualidade seria votada, e depois, em 1901, outra autorizando a liberdade de associação.

Primeiras teorias e experiências

Os primeiros teóricos e as experiências iniciais da economia social aparecem no início do século XIX, em reação à brutalidade da revolução industrial. Diante do pensamento liberal, o socialismo utópico de Saint-Simon (1760-1825) esboça a visão de um sistema industrial cujo objetivo seria buscar o melhor bem-estar possível às classes trabalhadoras unidas em associações de cidadãos, e a redistribuição equitativa das riquezas seria competência do Estado. À mesma época, Charles Fourier (1772-1837) inventaria o falanstério, onde a repartição dos bens se dá segundo o trabalho entregue, o capital empregado e o talento.

Pierre Proudhon (1809-1865), crítico radical da propriedade privada, será o precursor de um sistema de círculos de ajuda mútua no qual o dinheiro é substituído por "certificados de circulação", e no qual as sociedades trocam serviços. Como pensador anarquista, no entanto, recusa qualquer intervenção do Estado. Inversamente, Louis Blanc, em sua obra *L'Organisation du travail*, publicada em 1839, descreve uma sociedade renovada, fundada na criação de cooperativas, o Estado responsável em generalizar esse sistema para o conjunto da produção.

No interesse mútuo dos associados

Uma outra grande fonte de inspiração da economia social foi o cristianismo social, corrente de pensamento reformista representada, na França, por Frédéric Le Play (1806-1882) e Armand de Melun (1807-1877).

Inseparável da história do movimento operário, de suas divisões e da resistência à construção de uma sociedade fundada sobre o lucro, a economia social, ou "terceiro setor", reúne estruturas muito diferentes quanto ao tamanho e à natureza de suas atividades. Quer tenham a forma de mutualidades, de cooperativas, de associações ou de fundações, na França, na

Itália, na Espanha e na Alemanha, ou organizações de auto-ajuda, de instituições de caridade, de organizações voluntárias não lucrativas na Grã-Bretanha, todas essas instituições afirmam compartilhar cinco princípios sagrados, um objetivo fundamental e exigências sociais: a independência em relação ao Estado, a filiação voluntária dos sócios, a estrutura democrática de poder (uma pessoa, um voto), o caráter inalienável e coletivo do capital da empresa e a ausência de remuneração do capital, eis os princípios. O objetivo fundamental define-se pelo fornecimento de bens e serviços, ao melhor custo, de forma a servir ao interesse mútuo dos associados ou, mais amplamente, assegurar um serviço de interesse geral que o Estado não quer ou não pode assumir.

Desenvolvimento, educação e formação

Quanto às exigências sociais, elas impõem que as empresas do terceiro setor não somente respeitem as leis trabalhistas mas também contribuam, através de sua organização equitativa, para o desenvolvimento, educação e formação de todos os que ali trabalham, assalariados ou voluntários. Enfim, as empresas da economia social pretendem não ser como as outras. A realidade, no entanto, é outra.

Estima-se que, dos 370 milhões de habitantes da União Européia, uma média de 25 milhões pertença a uma cooperativa, a uma mutualidade ou a uma associação. Levando em conta o fato de que uma mesma pessoa pode estar ligada a várias delas, mais de 30% da população são membros de uma organização ou empresa de economia social. Segundo um estudo publicado pela Comissão Européia em 1997, o conjunto de seus componentes representava, em 1990, de 6 a 6,5% das empresas, ou seja 5,3 % do emprego privado, e até 6,3%, segundo outras abordagens.

A era da liberalização

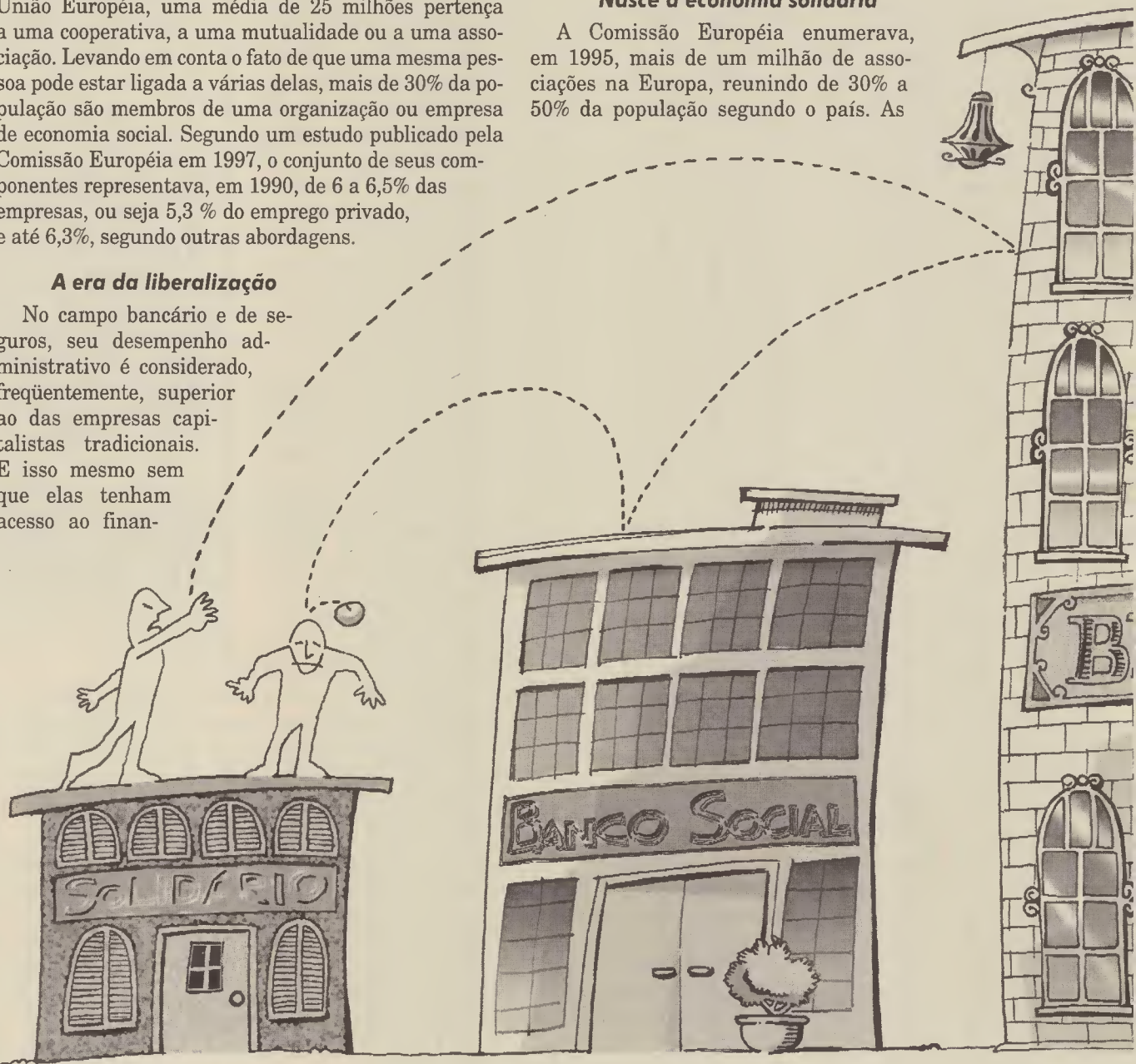
No campo bancário e de seguros, seu desempenho administrativo é considerado, freqüentemente, superior ao das empresas capitalistas tradicionais. E isso mesmo sem que elas tenham acesso ao finan-

ciamento do mercado de ações e possam ter dificuldade em dispor de fundos próprios suficientes. Ora, com depósitos de mais de um trilhão de euros, aproximadamente 900 milhões de euros de crédito, 36 milhões de associados e 601 milhões de clientes, os bancos cooperativos detêm 17% do mercado. Para as mutualidades e cooperativas de seguros, a porcentagem correspondia, em 1995, a 29,2% na Europa Ocidental, 30,8% no Japão e 31,9% nos Estados Unidos.

As relações entre as instituições da economia social e os poderes públicos modificaram-se profundamente na Europa depois da Segunda Guerra Mundial. Depois do primeiro choque do petróleo, a crise econômica e o aumento do desemprego contribuíram para reforçar, em toda parte, seu papel, assumindo diferentes modalidades, de acordo com os países. Na Grã-Bretanha, certas atividades sociais foram retomadas pelo setor privado devido à política de redução das despesas públicas conduzida por Margaret Thatcher. Na Espanha, as restrições orçamentárias levaram as coletividades a privatizar parte de seus serviços sociais. As empresas de mercado apoderaram-se da parte lucrativa da demanda, deixando às associações o setor insolvente. Na França, e na Itália, por outro lado, não foi constatado o descomprometimento financeiro do Estado.

Nasce a economia solidária

A Comissão Européia enumerava, em 1995, mais de um milhão de associações na Europa, reunindo de 30% a 50% da população segundo o país. As



despesas dessas associações representam, em média, 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB). A França, com 3,3% do PIB, está próxima da média da comunidade. Suas 730 mil associações empregam 1.274.000 de assalariados equivalendo a recursos da ordem de 220 bilhões de francos, 60% provenientes dos fundos públicos.

O crescimento do desemprego e da pobreza na Europa na década de 80 provocou o surgimento de novas empresas sociais. Instrumentos de luta contra a exclusão, vetores de inovação, elas representam, quase sempre, uma resposta a novas necessidades diante da incapacidade das administrações e das coletividades locais e regionais para imaginar e pôr em prática soluções eficazes. Devido à carência parcial dos poderes públicos e aos recuos do Estado-Providência face à escalada liberal, o terreno ficou livre e nasceu uma nova forma de economia social: a economia solidária.

Cooperativas de solidariedade social

Essa nova economia, no sentido autêntico do termo, retoma algumas características da tradição da luta do movimento operário contra a miséria. É nesse meio que encontramos as organizações mais militantes, porém também as mais frágeis: empreendimentos de inserção, comitês de cidadãos nos bairros, com poder de decisão, que se preocupam com a melhoria da qualidade de vida e do ambiente, associações intermediárias que empregam pessoas em dificuldades para garantir tarefas que o setor privado tradicional não leva em conta, pequenas cooperativas garantindo pequenos serviços à coletividade; reparos, entrega de refeições a domicílio para pessoas dependentes, serviços domésticos, como passar roupa, limpeza, costura.

Na Itália, a lei de 1991 consolidou a existência do que constitui uma das mais interessantes inovações dessa economia solidária, as cooperativas de solidariedade social, bem como seu agrupamento em estruturas de segundo nível: os consórcios. Na França, na perspectiva da descentralização, o Estado e as coletividades delegaram uma parte da ação social e do esforço de

inserção a instituições locais de economia solidária, mantendo, entretanto, o auxílio financeiro.

Um dos "carros-chefes" da economia

Se uma parte da economia solidária financiada através de fundos privados representa uma mina impressionante de militância, de iniciativas e de inovação, seu peso econômico é fraco, comparado ao dos mamutes da economia social: mutualidades de seguros, bancos, cooperativas, grandes associações financiadas pelo Estado. E então, economia social e economia solidária pertencem a dois mundos que se ignoram? Não exatamente: a primeira é muitas vezes solidária com a segunda, no que diz respeito ao início, acompanhamento e financiamento de projetos. Além da ação das fundações criadas por grandes bancos cooperativos e pelas mutualidades, que financiam, cada uma, uns 20 projetos por ano, instituições financeiras propõem a particulares investimentos éticos e investimentos de parceria. Tais investimentos, atualmente avaliados em 400 milhões de euros, representam uma gota d'água do oceano, se comparados ao estoque de poupança salarial, avaliada em 38 bilhões de euros. Mais de quatro mil empresas e 20 mil empregos foram gerados por esse tipo de ajuda. Dispositivos análogos existem em outros lugares da Europa.

Longe de ser marginal, o setor da economia social e solidária, que aliás não pára de crescer – ainda que formalmente, como demonstra a recente transformação de Fundos de Poupança em mutualidades –, é pelo menos um dos "carros-chefes da economia" europeia, segundo a expressão de Thierry Jeantet, membro do Comitê de Assessoria à Economia Social. Sua visibilidade para os cidadãos e para os poderes públicos não corresponde à sua importância. Entretanto, a nomeação recente de um secretário de Estado da Economia Solidária, Guy Hascoët, traduz o interesse político que o setor suscita na França, ainda que o orçamento concedido ao novo ministro seja muito limitado.

O conceito de interesse geral

O projeto de Hascoët tem três objetivos: a votação de uma lei sobre a economia social e solidária no início de 2001; a inserção de uma cláusula referente à poupança solidária no futuro Projeto de Lei sobre a poupança salarial; e a reforma, prevista para julho, do Código da mutualidade no marco da difícil unificação da legislação francesa com as diretrizes europeias de 1992 sobre seguros. Essas diretrizes, marcadas pelo liberalismo, recusam-se a distinguir as mutualidades – que não produzem lucro, uma vez que seus clientes são considerados como sócios – das companhias de seguros, cuja primeira vocação é realizar lucros.

Uma lei sobre o terceiro setor poderia definir, através de selo de garantia, um "setor da economia social e solidária" e criar um estatuto de "empresa com finalidade social". Isso permitiria levar em conta missões de interesse geral da economia solidária aprofundando o relatório do deputado europeu pelo Partido Verde, Alain Lipietz. Seria ainda necessário que o conceito de interesse geral fosse introduzido no Direito Comunitário, inteiramente baseado na noção de concorrência...

O dossiê da unificação europeia

O explosivo dossiê da poupança salarial, ou seja, da poupança de longo prazo proveniente de um salário depositado pela empresa como reembolso de um empréstimo, utilizado ou não na aposentadoria, não deveria circular apenas no campo balizado pelos partidos de direita e pelo Movimento dos Empresários da França (Medef). A verdadeira pergunta a ser feita é quem – assalariados, empregadores ou uma estrutura técnica – deve gerir o que não passa, efetivamente, de um salário reembolsado, segundo quais modalidades e com qual finalidade. O que traz novamente à tona o problema fundamental da apropriação coletiva dos meios de produção e da troca no seio da sociedade capitalista.

Quanto ao dossiê da unificação europeia, ele ilustra um dos aspectos do confronto entre a economia solidária e a lógica liberal impulsionada pela Comissão Europeia, de Bruxelas. Conforme esclarece o relatório *Mission mutualiste et droit communautaire*, feito por Michel Rocard, deputado europeu, ao primeiro-minis-

tro, as grandes federações de mutualidades francesas gostariam que a proibição de coletar informações médicas para fins de estabelecer preços e qualquer tratamento preferencial em relação a um associado fosse imposta ao conjunto das companhias de seguros europeias, inclusive àquelas voltadas para o mercado. Elas reivindicam, igualmente, o poder de gerir, dentro da própria estrutura mutualista, estabelecimentos de saúde que fazem parte do serviço público, ou seja, poder utilizar atividades lucrativas para equilibrar os serviços deficitários.

Uma "boa ação" humanitária?

A economia social e solidária constitui, no interior da sociedade capitalista, uma espécie de objeto não identificado. Ela acumula paradoxos. Suas grandes instituições proclamam-se diferentes de suas homólogas capitalistas, porém disso nem sempre há prova explícita ou convincente. Os grandes bancos e as sociedades mutualistas de seguros, bem como as cooperativas, têm estatutos incompatíveis com a lógica do mercado. No entanto, elas moldam-se ao sistema liberal a ponto de não poderem ser facilmente diferenciadas das empresas comuns.

É claro que contribuem com uma sustentação discreta, porém real, a empresas de economia solidária, militantes e inventivas, porém essa ajuda aparece mais como uma "boa ação" humanitária do que como uma vontade de opor um outro modelo à economia de mercado. Elas divulgam seu vínculo a ideais comuns, mas ainda têm muito a fazer para calar seus opositores e melhorar sua compreensão.

Relações complexas com a esquerda

Os desafios postos pela existência desse vasto setor são profundamente políticos, porém os dirigentes dessas grandes instituições evitam defini-los nesses termos. Enquanto guardam suas bandeiras no bolso, reclamam de falta de visibilidade: "Sou apenas um banqueiro, não um pensador", desculpa-se Jean-Claude Detilleux, presidente do banco Crédit Coopératif, bastante engajado, no entanto, em dar sustentação à economia solidária. Os militantes de base também são modestos. Para eles, o que conta é a luta cotidiana contra a exclusão. Deixam aos políticos a preocupação de inventar um outro modelo de sociedade. "A economia social permite amortecer as crises que surgem nas nossas sociedades. Mas não será ela que questionará a sociedade do mercado", explica Claude Alphandéry, presidente do Conselho Nacional da Inserção pela Atividade Econômica.

A economia social mantém relações complexas com os partidos de esquerda e as organizações sindicais, e é aí que se encontram muitos de seus executivos ou futuros executivos. Na Europa, a força dos partidos social-democratas, e também democratas-cristãos, teve tradicionalmente por base suas relações com os sindicatos, cooperativas e mutualidades. "Entretanto – observa Jean-Christophe Le Duigou, secretário da CGT –, os sindicatos e os partidos políticos de esquerda não fazem da economia social uma proposta de sociedade." Na França, apenas os Verdes manifestam até agora um interesse real por esse setor.

As coisas parecem mudar, como atesta a nomeação de Guy Hascoët, ainda que a proximidade das eleições majoritárias possa ter sua influência... O estatuto da economia social e solidária, todavia, permanece ambíguo. Para alguns, é uma prótese social eficaz, que permite a uma sociedade de mercado amortecer os desgastes da globalização, desemprego e exclusão. Para outros, é alibi para um liberalismo que tolera, no momento, que 6 a 11% de sua economia escape da ditadura dos mercados. Poderia ela constituir um protótipo eficaz de empresas que concebesssem outra forma de relações entre a economia e a sociedade? Ela terá que escolher seu campo e mudar seu discurso, ou ficar marginal e fundir-se na economia liberal.

Traduzido por Teresa Van Acker

*Professor na Universidade de Paris VII



Mario Guerreiro

AFTOSA

Vírus veio do Norte do Brasil

Um elemento a mais, além da não-vacinação de animais, pode ter sido a causa principal da volta da aftosa ao Rio Grande do Sul. O médico veterinário Jorge Bangel, professor de medicina de ruminantes da Faculdade de Veterinária da Ufrgs, suspeita de que a variedade virótica "O", encontrada no gado bovino, suíno e até ovino no Estado, tenha chegado ao Sul do Brasil em carne vinda do Norte, Centro-oeste ou Nordeste do País. É que os gaúchos são os poucos brasileiros que têm o hábito de consumir carne de costela no churrasco. Assim, a carne contaminada pode ter vindo de outras regiões, como Mato Grosso, do Norte e até Nordeste, onde o vírus tipo "O" é encontrado.

São muitas as formas de contágio. Uma delas é o vírus ter vindo alojado no sangue que fica entre a carne e o osso da costela. Depois, pode ter virado alimento de outros animais, já que as "aparas" são removidas pelo açougueiro ou até mesmo pela dona de casa, que se livra dessas sobras antes de colocar a carne na panela. Caso os restos tenham sido usados para alimentar um suíno, por exemplo, ele pode ter desenvolvido a doença. É exatamente para evitar este tipo de contaminação que a entrada desta carne é proibida no Rio Grande do Sul. "São muitos caminhões, que entram no Estado por estradas secundárias. Eles vêm pingando sangue e chegam aos açougues, onde é removido o refugo, a parte machucada pela viagem", conta o veterinário. Depois de contaminar um animal, a doença é facilmente transmitida para outro tipo de gado. "O vírus pode passar através de secreções, baba e até da respiração", explica.

Não é do Paraguai

Bangel descarta a possibilidade de os animais gaúchos terem sido contaminados por gado paraguaio ou argentino. "No Paraguai, a variedade de vírus é outra. E os touros, que foram contrabandeados para cá, encontrados há poucas semanas no Rio Grande do Sul, não estão doentes", afirma. Conforme ele, a imprensa gaúcha e do centro do País está informando incorretamente a causa de contaminação dos bovinos e suínos daqui. Na Argentina, foram encontrados focos de aftosa, mas trata-se da subvariante A24, que também é diferente.

O veterinário considera a não-vacinação uma falta primária, responsável pela contaminação. Vacinado, informa, o gado estende sua imunidade a outras variantes do vírus, ainda que a vacina não tenha sido desenvolvida para aquele tipo específico. Ele explica que, mesmo quando se vacina o gado nem todos estão protegidos, mas com o passar do tempo e a repetição das doses, a imunidade vai sendo expandida até que a doença seja irradicada. Foi o que aconteceu com o gado gaúcho, até estes últimos casos de aftosa. "Quando se vacina, cria-se uma substância no organismo chamada interferon, que reage contra qualquer vírus. No caso do gado gaúcho, contra o 'A' seria uma reação muito maior, mas contra o 'O' também reagiria", explica.

Com a vacinação, eles estavam imunes aos vírus. No entanto, quando algumas famílias deixaram de vacinar seu gado, houve uma brecha para a entrada de uma nova variante. "Não houve multa, não houve cobrança e o Brasil vai pagar um preço muito grande". Na opinião de Bangel, "quem não vacinou seu gado não deve ser indenizado. Se o proprietário de um carro não paga o seguro e sofre um acidente, o seguro não vai cobrir o prejuízo. Então, o povo não deve pagar pelo relaxamento de uns poucos", compara.

Bangel considera todas as outras hipóteses de contaminação impensáveis. "O que vai ser? Sabotagem? En-



Bangel: vírus encontrado no Estado é do tipo "O" e não A24, argentino ou paraguaio

trada de animais? Os animais que estão aqui não estão doentes. Animais silvestres contaminados? É possível, mas muito difícil. Só pode ser entrada de carne clandestina", argumenta. Quase impossível é a contaminação humana por aftosa. "Técnicamente é possível, praticamente, não", resume Bangel. Ele afirma que há registros de casos de pessoas que pegaram aftosa, mas geralmente indivíduos que trabalham em laboratório. "É muito raro. E dos pouquíssimos contaminados, 85% trabalham diretamente com o vírus". Conforme ele, a

Polícia Federal já está investigando a possível entrada destes caminhões com carne contaminada no Estado. "A aftosa já virou caso de polícia", resume.

Uma das provas de que o vírus do tipo "O" veio de fora é que a última vez que ele apareceu no Estado foi na década de 80, em um foco. "Não ocorria, não é normal", fala. O veterinário diz que, para reverter a situação, será necessária a aplicação de 11 milhões de doses de vacina contra o novo vírus, já no ano que vem.

Ministro tira proveito político

Em sua coluna do dia 3 de setembro, publicada em vários jornais brasileiros, o jornalista Elio Gaspari faz uma radiografia muito esclarecedora da "volta da aftosa". Conforme Gaspari, o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, tinha informações sobre focos da doença e revelou-as, de forma no mínimo oportunista, antes mesmo de o Governo do Estado, principal interessado, ser informado sobre o caso.

Durante a Expointer, jornalistas perguntaram ao ministro em que pé estava a situação. A resposta foi enfática: "Eu sou economista e não costumo dar palpite em assuntos que não entendo". Sobre esse episódio, Gaspari ironiza: "Uma semana antes, depois de ter comunicado a existência dos focos de aftosa em dois municípios no noroeste gaúcho, Pratini entendia do assunto".

É de desconfiar que, conforme o jornalista, o economista Pratini, mesmo sem conhecer a doença, em uma entrevista a uma rádio da Capital tivesse acusado o governo do Estado de "descaso sanitário". Foi no mesmo programa que ele revelou a polêmica "suspeita" de que o gado poderia ter sido contaminado em uma ação criminosa.

De acordo com Gaspari, o ministro escolheu

até os suspeitos: "Tem gente aí no Rio Grande que joga contra". O jornalista também lembra que há dois anos a doença chegou até mesmo no Japão: "Se a febre aftosa chega ao Japão, que não tem fronteira seca com o Paraguai, é razoável que a pecuária do Rio Grande esteja vulnerável à febre aftosa", argumenta.

História

Gaspari conta que foi no dia 1º de agosto que um veterinário deu a notícia da suspeita de um foco de aftosa em Jóia. No dia 3, uma equipe teria achado animais doentes em uma propriedade. Colheu amostras e remeteu-as no mesmo dia ao Laboratório de Apoio à Produção Animal (Lapa), em Pernambuco. O governo estadual teria sido informado um dia depois de que o teste dera negativo. O Lapa é subordinado ao Ministério da Agricultura e não aos governos estaduais, e teria ficado em silêncio até que, no dia 23 de agosto, Pratini revelou à imprensa a existência de um foco da doença. Conclui Gaspari: "Há um mistério nesta história. Os camundongos do Lapa, inoculados a partir do dia 4, começaram a morrer no dia 8. O governo gaúcho só soube disso 16 dias depois".



Tese sobre pluriatividade no campo ganha prêmio nacional

Deslocar-se todo o dia cerca de uma hora para trabalhar na cidade é uma rotina cada vez mais comum para algumas famílias do campo. Tanto por estilo de vida, como alternativa de sobrevivência, a pluriatividade, ou seja, viver no campo mas ter outras atividades além da agricultura, é um fenômeno observável em pelo menos duas localidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Essa é a tese central do trabalho "Agricultura familiar e pluriatividade", premiado como Melhor Tese de Doutorado em Sociologia, Prêmio José Gomes da Silva, edição 2000. A distinção foi conferida pela Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober) ao professor da Ufrgs Sérgio Schneider. O prêmio foi anunciado em agosto.

Atividades de pedreiro ou carpinteiro, tanto na cidade como na própria localidade em que residem, são exemplos de trabalhos que os agricultores pluriativos realizam. Mas eles também podem atuar na prestação de diversos serviços ou são assalariados em indústrias, mesmo residindo no campo. Nestes casos, as empresas mandam ônibus buscarem os trabalhadores, que acabam viajando de 40 minutos a uma hora até chegar ao local de trabalho", conta o professor da Ufrgs.

A pluriatividade é a combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas em uma mesma família. Tanto pode ser um recurso para sobrevivência, como um estratégia individual de seus membros. Assim, em vez de se dedicarem exclusivamente à produção agrícola, essas unidades familiares pluriativas têm passado a produzir artesanato, rapaduras, doces, chimia, erva-mate, turismo rural, entre outros. "As atividades são variadas, dependendo do contexto em que as famílias se inserem. Em Santa Catarina, por exemplo, o turismo é mais comum, com venda de artesanato", explica Schneider.

Em seu estudo, o professor entrevistou 256 pessoas das localidades de Padre Eterno Ilges, de Santa Maria do Herval (RS), e Braço do Sul, no Distrito de Vila Itaoupava, em Blumenau (SC). Das 78 famílias pesquisadas no Rio Grande do Sul, foram encontradas 44 famílias pluriativas, 21 de agricultores, nove

propriedades improdutivas e quatro sítios de lazer. Nas 185 famílias de Santa Catarina, foram contabilizadas 77 pluriativas, 42 de agricultores, 63 moradores de área rural mas não agricultores, e três propriedades improdutivas.

Mulheres

Não é só como alternativa de sobrevivência que a pluriatividade funciona, caso das famílias que têm pequenas propriedades de terra, com sistemas tecnológicos defasados. Muitas vezes, os filhos de agricultores não querem mais a atividade rural, preferindo buscar trabalhos urbanos. "Não existe mais aquela história de que filho de agricultor, agricultor será", diz o pesquisador. No entanto, os principais casos são de mulheres que não querem mais se submeter às grandes jornadas de trabalho, às vezes sete dias por semana, sem direito a férias, 13º e seguros sociais. Muitas dessas

mulheres preferem ir para a cidade trabalhar na faxina, na cozinha e, à noite, retornam para casa.

Há um terceiro tipo de famílias pluriativas. São aquelas em que as pessoas optam por morar no campo mas não trabalham na agricultura. É apenas por opção, por um certo estilo de vida. "Em alguns casos que pesquisei, há pessoas que se tornam herdeiros de propriedades, moram nelas e trabalham na cidade". Schneider diz que outros são de pessoas da própria localidade, que saíram, mas voltaram para morar com os pais e não trabalham na propriedade. E adesão à pluriatividade provoca algumas vezes modificações na organização da

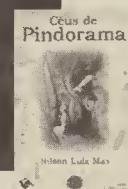
unidade produtiva agrícola, e estimulam o uso da terra para cultivos permanentes, como reflorestamento ou a agricultura de subsistência.

A tese de Schneider foi defendida em novembro de 1999, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Ufrgs, orientada pelo professor Dr. Zander Navarro. Será publicada no ano que vem pela Editora da Universidade.



Mario Guerreiro

ORELHA



Céus de Pindorama

Nilson Luiz May

Traz uma trama situada na época do "Descobrimento do Brasil".

Dando curso a um acontecimento obscuro na carta de Pero Vaz de Caminha, Luiz May propõe uma espécie de jogo em que entram Literatura e História do Brasil. WS Editor, 127 p. R\$ 15,00



O Executante

Rubem Mauro Machado

Vencedor do prêmio Jabuti de melhor romance em 1986. São

três histórias, com tramas policiais brasileiras convincentes e criativas. Integra a coleção Noir Brasileiro, que traz livros de suspense e policiais. Editora Record, 142 p. R\$ 20,00



Meu sonho acaba tarde

Leonardo Brasiense Júnior

O escritor, em sua estréia, propõe um livro com histórias de amores e espantos, mortes cotidianas e vidas precárias. "São temas retirados do dia-a-dia, sem querer ser realistas", antecipa o escritor Luiz Antonio de Assis Brasil, na apresentação da obra. WS Editor. 112 p. R\$ 14,00.

WWW

Humor e cidadania

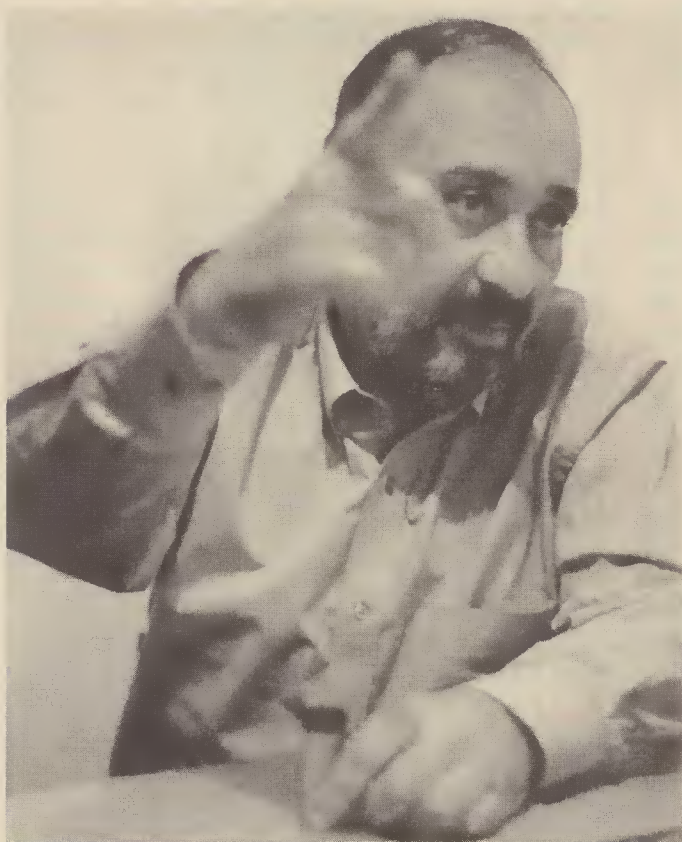
☒ www.humorcidadania.unesp.br
Página lançada em São Paulo, por iniciativa de cartunistas, artistas, profissionais liberais e entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Sindicatos dos Jornalistas.

Autogestão

☒ www.anteag.org.br
Sítio da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária, que tem como objetivo estimular empreendimentos autogestionários.

Petrobras "Empresa só no papel"

Gil Cafrune Cosch



Pertence: Se mantida a atual taxa de consumo-produção, teremos petróleo por mais 34 ou 35 anos

Desde 1961, quando foi fundada, a Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) é a principal defensora da Petrobras pública. Outras funções são a defesa do corpo técnico da empresa, um dos melhores do mundo, e mostrar vantagens de se ter uma empresa preocupada menos com o lucro do que em atender à sociedade com qualidade. A diretoria viaja pelo País palestrando sobre a necessidade de se preservar um dos maiores patrimônios do povo brasileiro, essa empresa que pode ser considerada como uma metáfora do próprio Brasil, que encontrou alternativas próprias para chegar à ponta da tecnologia mundial, mas que está sendo destruída por políticas que visam entregá-la ao capital internacional. Argemiro Pertence é o diretor de Comunicação da entidade. Ele esteve no Rio Grande do Sul nos dias 30 e 31 de agosto para palestrar em três universidades gaúchas.

Jéferson Assunção

Pertence - Temos 17,1 bilhões de barris. Significa que, mantida a atual taxa de consumo-produção, teremos petróleo por mais 34 ou 35 anos.

Adverso - Onde tem petróleo no Brasil?

Pertence - Pode existir petróleo em áreas muito grandes na Amazônia. No mar, temos as bacias de Campos e Santos e uma grande bacia no Paraná, que é muito pouco conhecida. Hoje, são 17,1 bilhões de barris e, se houver investimento, esse número pode ser triplicado. O Brasil é um país com pouca presença econômica mundial, e tem tudo isso de petróleo, enquanto os norte-americanos, que são uma potência mundial, têm 22 bilhões de barris.

Mas eles são muito mais vulneráveis à alta do petróleo do que o Brasil, pois consomem, por dia, dez vezes mais do que nós.

Adverso - Qual é a importância de se ter uma empresa pública na área de extração do petróleo?

Pertence - A Petrobras tornou o Brasil quase independente na produção de petróleo. Não o fez, porque houve épocas, na Ditadura e depois com Sarney e Collor, que os preços públicos eram usados como instrumentos da política econômica. Arrochava-se o preço da gasolina,

criaram a Repsol-YPR, que tem negócios na Argentina e em 32 países do mundo. É muito grande no cenário petrolífero mundial. Sob a alegação de que se quer uma integração no Mercosul, estão propondo trocar ativos por uma parcela da Refap. A Repsol entraria com 30% do negócio e mais uma parcela no campo de Albacora Leste, que é gigantesco – 600 milhões de barris de reservas já provadas – por uma refinaria velha, com 75 anos de operação na Argentina e um baita passivo ambiental na região. É velha, defasada, consome energia demais. Além disso, vem uma rede de postos de distribuição.

Adverso - Qual o argumento do governo para fazer um negócio destes?

Pertence - O argumento é o da integração do Mercosul. Tudo bem: a economia é assim, o capitalismo funciona assim, mas que tipo de negócio é esse? Uma refinaria como a Refap, que tem mercado cativo, que é nova, reformada, modernizada, ampliada, enfim, um negócio seguro por uma aventura deste tipo, sob a alegação vazia, teórica e filosófica de integração do Mercosul. E é uma maneira de agir dissimulada. Eu diria até que uma marca deste governo é o cinismo. Na bacia de Albacora Leste há, pelo menos, 600 milhões de barris, que rendem US\$ 18 bilhões. A Refap fatura 2,5 bilhões de dólares por ano, bruto. A margem é 10%: US\$ 250 milhões por ano. Agora, ninguém sabe quanto fatura a refinaria deles. Isso não é discutido, não foi dito. Ninguém sabe quanto combustível se vende na rede de postos. E isso também está acontecendo em outras refinarias. No fundo, o que o governo está fazendo é privatizar a Petrobras, sem leilão, sem bolsa. Você pega um negócio da Petrobras e é uma empresa nova, já com um parceiro. Isso é privatização branca. Daqui a cinco anos, permanecendo a política deste governo, a Petrobras vai ser retaliada e privatizada sem ninguém perceber.

Adverso - Qual a situação funcional da Petrobras hoje?

Pertence - A Petrobras tinha em 1995, 58 mil empregados. Hoje, tem 35 mil. Em cinco anos, demitiu 23 mil empregados. São cinco mil por ano. E, no lugar deste pessoal experiente, foram colocados os terceirizados, sem treinamento, sem motivação, com salário menor, o que provoca queda de qualidade no serviço. Aí começa a vazar óleo no Rio, no Paraná, em Tramandaí.

Adverso - Esses vazamentos têm relação com a terceirização?

Pertence - Têm. É resultado da queda de qualidade na mão-de-obra. Sem dizer que há muita pressão do pessoal que está na ativa, no sentido de não questionar. No caso do Paraná, acreditamos que houve má-fé por parte da gestão da companhia, não do pessoal que opera. Havia controle, alarmes, que mostravam que o óleo estava indo para onde não devia ir. Entre a saída e o destino houve uma perda de 4 bilhões de litros, mas o instrumento que marca isso estava desativado. A idéia é desmoralizar a empresa diante da sociedade. As pessoas pensam: "Se isso não funciona, pô, então vende logo".

AD verso **Mesmo com todo o desmonte ocorrido nos últimos anos, a Petrobras continua líder em tecnologia de extração de petróleo em águas profundas?**

Argemiro Pertence - Sim. A Petrobras tem poços na Bacia de Campos, com lâmina d'água de 1,7 mil metros de profundidade. Depois, no subsolo, são mais três, quatro mil metros. E tudo isso é feito por robôs. É tecnologia. Ninguém vai lá acoplar a tubulação que extrai o óleo do reservatório.

Adverso - Essa tecnologia é brasileira?

Pertence - Com a crise de 1973, o barril disparou de US\$ 2,00 para US\$ 18,00 e fomos obrigados a procurar petróleo aqui. Havia mar disponível, mas não o tempo para desenvolver a nossa própria tecnologia. Por isso, importamos modelos usados no Mar do Norte pelos ingleses e noruegueses, que eram pioneiros nesse tipo de extração. A gente copiava a tecnologia e adaptava às nossas condições de vento e temperatura. Para se ter uma idéia, o peso das plataformas, no Brasil, foi reduzido em 70%!

Adverso - Tem como mensurar o quanto vale este patrimônio tecnológico aprimorado no Brasil?

Pertence - Tecnologia é uma coisa intangível. Quem fixa o valor é o dono dela. Por exemplo: hoje se paga US\$ 32,00 o barril do petróleo. Mas o custo de produção no Golfo Pérsico, na Arábia, no Kuwait, é de US\$ 2,00. Quem coloca o preço são as companhias – Exxon, Texaco etc. Em tecnologia, há isso também. O que vale é o que ela proporciona. Na década de 70, o Brasil produzia 170 mil barris por dia e importava mais de 800 mil. Veio a crise e quem tinha meios de produzir teve que se virar. Hoje, produzimos 1,3 milhão de barris por dia, para um consumo de 1,8 milhão. Em 2003, devemos chegar a 1,5 milhão de barris. É uma segurança, porque o mundo, queiramos ou não, ainda repousa sobre o petróleo. Ele produz 45% da energia do mundo... E não tem substituto hoje.

Adverso - Quanto o Brasil ainda tem em reservas de petróleo?

"A Repsol-YPR ficará com uma parte da Refap e um campo gigantesco de petróleo em troca de uma refinaria defasada e uma rede de postos"

do gás, da energia elétrica, para segurar a inflação. Ficou difícil para a Petrobras fazer investimentos. Agora, a situação mudou. Embora não se fale abertamente em privatização, se faz isso de maneira sorrateira. Por exemplo: alinhando os preços com o mercado mundial. A falta de investimentos, que impossibilitou a descoberta de novas reservas, está forçando a Petrobras a admitir sócios em vários negócios. Hoje, a legislação permite que qualquer empresa descubra petróleo, faça parceria com a Petrobras e exporte. Vamos perder o que foi achado daqui para frente, além do que já foi descoberto e é um patrimônio da Nação.

Adverso - As parcerias já chegaram à Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), em Canoas. O que está envolvido no negócio e o que a Petrobras perde com isso?

Pertence - Não tem lógica que explique. A proposta é admitir um parceiro estrangeiro – a espanhola Repsol –, que comprou a empresa argentina YPR. Elas se fundiram e